

*Entre a teoria e a prática – Formação e intervenção nos Monumentos
O caso do Forte de São Bruno em Caxias*

Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho



Partindo de um caso concreto, pretende-se dar um contributo para a reflexão sobre a necessidade e urgência da formação para quem intervém no património cultural.

Procuramos, a partir de uma intervenção concreta, destacar um procedimento que reflecte uma contradição entre a teoria e a prática da intervenção nos monumentos. Esta reflexão chama à atenção para a necessidade de se repensar a intervenção no património cultural, nomeadamente a formação dos técnicos.

I. O Monumento

O primeiro aspecto a destacar nesta reflexão é: o monumento – O Forte de São Bruno e o modo como a sua história e características podem condicionar o espaço e a relação com o público.

O Forte S. Bruno é um monumento de arquitectura militar, localizado em Caxias, concelho de Oeiras, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 12 Setembro 1978.

De acordo com a inscrição colocada sobre a porta da fortaleza esta foi construída em 1647 por ordem do rei D. João IV e sob a direcção de D. António Luís de Menezes, governador da Praça de Armas de Cascais.

A defesa da Barra do Tejo centrava-se nas fortalezas de Cascais e S. Julião da Barra e articulava-se no exterior com os fortes do Bugio e de Sto. António do Estoril e no interior com a Torre de Belém e Torre Velha da Caparica.

Durante as Guerras da Restauração este sistema foi complementado com a construção de pequenos fortes costeiros batendo os locais de desembarque mais favoráveis desde o Cabo da Roca até Belém. O Forte de S. Bruno dependia do Forte de S. Julião da Barra, que comandava as fortalezas localizadas entre a Ribeira de Algés e a Ponta de Rana.

Este forte é um espaço de arquitectura militar simples e funcional que ao nível arquitectónico sofreu poucos acrescentos de épocas posteriores.

A sua construção terá sido feita em duas fases; na primeira foi edificado o núcleo central e numa segunda fase terão sido acrescentadas as baterias rasantes viradas ao mar e a cortina de atiradores e redente virados a terra, destinados a incrementar a possibilidade de defesa

terrestre e marítima daquele local. A sua planta actual estaria definida já em 1736 aquando do registo feito por João Tomás Correia na obra *Livro das várias plantas deste Reino*¹.

No entanto, este monumento sofreu os constrangimentos provocados pelo seu último século de história. Após perder definitivamente a sua função militar, instalaram-se no forte diferentes entidades, provocando uma completa alteração da sua funcionalidade original.

Entre 1903 e 1946 a Guarda-Fiscal ocupa o espaço do Forte de S. Bruno e logo durante nos primeiros anos dessa ocupação constrói-se um aquartelamento na bateria marítima, cujo projecto está datado de 5 de Abril de 1903².

No entanto, mesmo após a extinção do posto fiscal, em 1946, o Forte continua a ser a residência do último guarda-fiscal até à sua morte, ou seja, até 1976.

De 1941 a 1974 o Forte de S. Bruno esteve ocupado pela Mocidade Portuguesa, primeiro com a instalação de um Centro de Vela e posteriormente com a ocupação da totalidade das instalações pelo Centro Campista³.

Em 1984, e até 1990, a fortaleza foi utilizada pelo Corpo de Voluntários Sapadores Náuticos.

E no ano de 1999 regressou à posse do Ministério das Finanças e foi cedido à Câmara Municipal de Oeiras.

Durante o último quartel do século passado é sintomático a vivência de um período de abandono, definindo rotinas de vandalismo e destruição, que ainda hoje permanecem afectando o espaço e a memória das pessoas, do público visitante.

II. O projecto

O segundo ponto desta reflexão refere-se ao modo como uma intervenção pode ter consequências directas no espaço e no entendimento da história do monumento.

Uma intervenção que, concebida na década de 90 do século XX, evidencia critérios que a remetem para um tempo mais longínquo. Ou seja, ao observarmos fotografias do antes e do depois da intervenção e ao lermos as memórias descritivas do projecto e dos estudos prévios, identificamos que foram seguidos critérios próximos da unidade estilística.

Recordemos o processo....

Desde 1994 que esta intervenção foi pensada e preparada pela Câmara Municipal de Oeiras (CMO).

Para a sua realização a CMO solicitou ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), apoio técnico para definição de materiais e rebocos mais adequados e para a elaboração do caderno de encargos e das condições técnicas especiais da intervenção.

Em Novembro de 1994 o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) solicitou o envio dos projectos para se pronunciar sobre a intervenção, uma vez que o Forte estava classificado como Imóvel de Interesse Público. Assim, em Fevereiro de 1996, dão entrada na Direcção Regional de Lisboa do IPPAR (DRL/IPPAR), 3 dossiers com a proposta de “Projecto de Recuperação do Forte de São Bruno”, coordenado pelo

¹ João Tomás CORREIA, *Livro das várias plantas deste Reino*, 1736, Biblioteca Nacional, cota: DA – 7 – A.

² Projecto existente no Arquivo no Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, cota: 9124-5-66-85 (DSE) - CRT/2003.

³ Uma fotografia do Arquivo Fotográfico de Lisboa, fundo Jornal “O Século”, de 14 de Agosto de 1941 mostra-nos os rapazes da Mocidade Portuguesa perfilados ao toque de continência comemorativo da Batalha de Aljubarrota; cota: SEC/AG/01-081/1794P.

arquitecto Olavo Rebelo e de “Projecto da Envolvente ao Forte de São Bruno”, coordenada pela arquitecta paisagista Ana Paula Chagas Correia, remetidos pela Divisão de Estudos e Projectos da CMO.

O referido dossier consta de uma telegráfica memória descritiva relativa a aspectos históricos, características do projecto e outras informação bastante relevantes para este estudo.

A intervenção é definida em duas vertentes. A primeira era recuperar, valorizar e animar o monumento, vocacionando-o para a museologia, em que a defesa da costa e as suas fortificações poderiam ser o tema de fundo. Neste sentido, o espaço seria dotado de condições para funcionar como espaço de animação cultural, com a possibilidade de suportar exposições permanentes e temporárias, espectáculos ao ar livre em paralelo com infra-estruturas de apoio turístico. Projectou-se ainda uma pequena cozinha com copa numa das casas-mata assim como iluminação cénica. A segunda vertente era intervencionar a envolvente do monumento no sentido de a tornar um espaço complementar do edifício⁴.

A Memória refere ainda que na elaboração do projecto foi tida em conta a Carta de Veneza nos seus princípios de autenticidade (materiais, aspecto estético, autenticidade histórica), durabilidade, compatibilidade, exigência de economia. Assim são propostos dois princípios orientadores: conservar e melhorar as edificações efectuadas ao longo dos anos e considerando, sob o ponto de vista arquitectónico, que não são sustentáveis, optar-se por se repor a verdade histórica do imóvel. As construções posteriores à edificação primitiva, são consideradas como estando muito degradadas e “sem valor arquitectónico relevante”⁵.

Assim opta-se por demolir a casa do guarda, aquartelamento com as camaratas, instalações sanitárias e balneários. Numa conversa informal com o técnico responsável pela intervenção, que decorreu durante a preparação da exposição “Percuso de uma Fortificação”, foi-nos dito que as opções tomadas ao nível das demolições e escolha de materiais tiveram como preocupação dar a conhecer a estrutura inicial da fortificação, a estrutura seiscentista.

O dossier apresenta ainda outros dados como memória descritiva de trabalhos específicos (electricidade e electromecânica); plantas com a representação do espaço antes da intervenção, o existente; plantas com alterações propostas: marcação das zonas a demolir (amarelo) e das zonas a construir (vermelho) nas plantas e cortes. Marcação evidente das demolições ao nível do piso superior (aquartelamento e casa do guarda) e do espaço interior (escritório e casas de banho), reconstrução dos paramentos de muralha.

O IPPAR dá aprovação condicionada a este projecto, prevendo apenas a reformulação de uma cobertura de vidro projectada para o pátio da entrada. No projecto do arranjo exterior não é aprovada a galeria e estacionamento e é aprovado condicionalmente o arranjo exterior.

O parecer do IPPAR refere também, e citamos: “considera-se que todas as propostas apresentadas são passíveis de aceitação, tanto ao nível das opções de demolição de elementos sem qualidade arquitectónica que foram sendo apensos ao forte (e cujo critério de inserção se revela de fundamento duvidoso ou inexistente) como ao nível das pequenas alterações interiores as quais contribuem para melhor utilização do edifício”⁶.

⁴ CMO, “Projecto de recuperação do Forte de S. Bruno”, p. 2, Arquivo da DRL/IPPAR.

⁵ CMO, “Projecto de recuperação do Forte de S. Bruno”, p. 2, Arquivo da DRL/IPPAR.

⁶ Parecer do IPPAR, CMO, “Projecto de recuperação do Forte de S. Bruno”, Arquivo da DRL/IPPAR.

Para apoio à intervenção foram também elaborados dois relatórios pelo LNEC que fornecem informações úteis para esta problemática:

O relatório 1, “Colaboração na reabilitação do Forte de S. Bruno. Documento I”, datado de 1995 refere-se a acções preliminares no âmbito dessa colaboração⁷.

Depois de referir a Carta de Veneza, o relatório indica que na intervenção “dever-se-á, sempre que possível, tender a reproduzir o aspecto original do monumento e a preservar o funcionamento dos seus elementos”⁸. Assim, a demolição pode ser feita e “parece totalmente justificada, não sendo de forma nenhuma prejudicada a coerência arquitectónica e estética do forte, nem desrespeitadas as exigências de autenticidade expostas”⁹.

O relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno”, Documento 2, datado de Janeiro de 1995, descreve “as acções realizadas até ao momento – que incluíram aplicações experimentais e ensaios em laboratório – com base nas quais foram elaboradas recomendações definitivas para especificações do caderno de encargos para as obras a realizar”¹⁰.

Neste relatório, mais longo que o primeiro, existe um capítulo dedicado aos aspectos arquitectónicos e construtivos do forte; com referência a 3 fases de construção. A primeira correspondente à construção do núcleo central do forte, a segunda às baterias rasantes e cortina de atiradores e a terceira correspondente à construção do aquartelamento na bateria marítima. Nesta terceira fase, segundo o documento do LNEC, e citamos, “introduziram-se as mais profundas remodelações e alterações (...), provocando marcadas adulterações da sua arquitectura, nomeadamente porque foi modificada a sua volumetria exterior com o acrescento de novos pisos cobertos para camaratas, executados sobre o antigo terraço lajeado, que alteram de forma marcada a antiga bateria superior. Acrescentaram-se também novas construções à bateria rasante direita, ocupando-a quase inteiramente. Estas construções possuem muito menor qualidade construtiva”¹¹. Assim, sugere o relatório do LNEC que “nos trabalhos a realizar no Forte, dever-se-á, sempre que possível, tender a reproduzir o aspecto original do monumento e a preservar o funcionamento dos seus elementos”¹².

O relatório apresenta ainda uma análise das obras a realizar no monumento, “como se vê pelos elementos de projecto disponíveis, as intervenções a realizar serão pouco profundas, pretendendo-se, fundamentalmente, conservar e reparar o que existe, tornando-o apto a ser utilizado, sem introduzir alterações importantes na volumetria e na compartimentação do

⁷ Este relatório integra o dossier referente à intervenção no forte de S. Bruno que deu entrada no IPPAR e que se encontra no arquivo da DRL/IPPAR.

⁸ LNEC, Relatório 1, “Colaboração na reabilitação do Forte de S. Bruno. Documento I”, 1995, p. 4; Centro de Documentação e Informação da CMO.

⁹ LNEC, Relatório 1, “Colaboração na reabilitação do Forte de S. Bruno. Documento I”, 1995, p. 7; Centro de Documentação e Informação da CMO.

¹⁰ LNEC, Relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno, Documento II”, 1995, p. 1; Centro de Documentação e Informação da CMO.

¹¹ LNEC, Relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno, Documento II”, 1995, p. 5; Centro de Documentação e Informação da CMO.

¹² LNEC, Relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno, Documento II”, 1995, p. 9; Centro de Documentação e Informação da CMO.

edifício”; e acrescenta que esta intenção respeita, aliás, da melhor maneira, as exigências de autenticidade referidas e que remetem para a Carta de Veneza¹³.

Tal como o relatório 1, o segundo relatório expõem algumas considerações sobre as construções a demolir, indicando que “a construção rectangular do lado Oeste do 2º piso, (...) tem reduzido valor arquitectónico e encontra-se em bastante mau estado (principalmente no que diz respeito ao tecto). A hipótese da sua demolição foi desde o início colocada pela CMO (...). Esta decisão considera-se totalmente justificada, não sendo de forma nenhuma prejudicada a coerência arquitectónica e estética do Forte, nem desrespeitada as exigências de autenticidade expostas”¹⁴.

O relatório 2 do LNEC propõe ainda sugestão de utilização do espaço: “os terraços e outras zonas exteriores poderão ser parcialmente ocupadas por esplanadas”, sala de exposições, cozinha e bufete¹⁵. Estas sugestões coincidem com as avançadas pelo projecto realizado pela CMO que considerava o espaço adequado para núcleo museológico e local para servir recepção a grupo restritos convidados de CMO.

Os relatórios tem ainda capítulos dedicados aos ensaios realizados e os aspectos técnicos das intervenções nomeadamente de argamassas e rebocos, barramentos, análises estratigráficas e reparação dos pavimentos, características dos materiais a utilizar; em anexo recomendações para as especificações do caderno de encargos.

Apesar da controvérsia a intervenção diferiu do que propunha o projecto: não se construiu a galeria de exposições e comércio (encostado ao muro junto à Av. Marginal), nem os lugares para estacionamento (por cima do espaço destinado à galeria comercial) e o espaço para espectáculos ao ar livre foi substituído por um restaurante e esplanada.

III. A intervenção

Após a análise dos documentos que serviram de base à intervenção de recuperação e valorização do forte de S. Bruno e das fotografias do antes e do depois da intervenção, consideramos que este projecto, proposto por técnicos da CMO e aprovado pelos técnicos de duas prestigiadas instituições na áreas das reabilitação e gestão do património arquitectónico, LNEC e IPPAR, evidencia fragilidades ao nível da concepção e dos critérios utilizados. Assumindo-se como uma intervenção com uma proximidade cronológica ao nível da execução mas anacrónica ao nível do conteúdo, buscando uma reintegração estilística do monumento na sua concepção primitiva.

Denota-se tanto no documento da CMO como no do LNEC uma necessidade de entroncar, de uma forma quase repetitiva, as decisões tomadas na Carta de Veneza, documento oficial, mas sem reflectir o distanciamento crítico que os 40 anos de publicação do documento poderiam favorecer. Essas referências e citações da Carta de Veneza, feitas no projecto e relatórios, vão entrar em contradição com o que nesses documentos se vai propor para a intervenção.

O âmbito teórico da conservação e restauro de monumentos históricos tem sido enriquecido quer com a necessária regulamentação (Carta de Atenas, 1931, da Carta de Veneza, 1964, à Carta de Cracóvia, 2000, documentos do ICOMOS – International

¹³ LNEC, Relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno, Documento II”, 1995, p. 25; Centro de Documentação e Informação da CMO.

¹⁴ LNEC, Relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno, Documento II”, 1995, p. 26; Centro de Documentação e Informação da CMO.

¹⁵ LNEC, Relatório 2, “Colaboração na reabilitação do Forte de São Bruno, Documento II”, 1995, p. 25; Centro de Documentação e Informação da CMO.

Council on Monuments and Sites, Conferência de Nara, 1994 (conferência sobre a autenticidade)), quer com outros estudos e intervenções paradigmáticos como a intervenção na Torre de Belém (1993 – fase de investigação histórico-artística, patologias e materiais 1997 – fase dos trabalhos), que focam a necessidade de respeito pela história dos monumentos, pelos vestígios das várias épocas artísticas, pela autenticidade e a necessidade de prever a manutenção e gestão do espaço após a intervenção.

Logo em 1931 a Carta de Atenas refere no ponto 2 que existe uma tendência geral em direcção ao abandono das restituições integrais e o evitar de riscos instituindo uma manutenção regular e permanente que permita assegurar a conservação dos edifícios. E prevê que nos casos em que seja necessário restaurar o edifício, devido à degradação ou destruição, deve-se respeitar a obra história e artística do passado sem favorecer ou proscriver um dos estilos ou épocas. Recomenda manter a ocupação dos monumentos assegurando a sua continuidade vital, desde que o destino moderno respeite o carácter histórico e artístico da obra. O ponto 4 chama à atenção para que, antes de qualquer obra de consolidação ou restauro parcial, deve-se realizar um estudo metuculoso do que é necessário remediar.

A Carta de Veneza, carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e de conjuntos histórico-artísticos, publicada em 1964, afirma no artigo 11 que os valiosos contributos de todas as épocas na edificação de um monumento devem ser respeitadas; e quando um edifício apresente vários estilos sobrepostos o desaparecimento de um deles só se justifica excepcionalmente e sob a condição de que os elementos postos a descoberto constituam um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético. O artigo 9º defende que uma intervenção de restauro deve ser sempre precedida e acompanhada por um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Em 1994 a Conferência de Nara, dedicada ao tema da autenticidade, declara no ponto 9 que a conservação do património cultural nas suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse património e a capacidade de aceitar esses valores depende da confiabilidade conferida ao trabalho de levantamento de fontes e informação referentes ao bem cultural em causa. E o conhecimento e a compreensão do levantamento de dados referentes à originalidade dos bens, assim como das suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de património cultural como do seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da sua autenticidade.

A Carta de Cracóvia, projecto iniciado em 1996 e publicado em 2000, indica no ponto 3 que a conservação do património edificado deve ser levada a cabo segundo um projecto de restauro que inclua a estratégia para a sua conservação a longo prazo e que este projecto deve basear-se no conhecimento profundo do edifício, estudo estrutural, análises gráficas e de magnitude, identificação do significado histórico, artístico e sócio-cultural. No ponto 4 defende que se deve evitar a reconstrução no estilo do edifício de partes inteiras do mesmo e que a reconstrução de partes muito limitadas com um significado arquitectónico pode ser excepcionalmente aceite com a condição de que esta se baseia em documentação precisa e indiscutível. O ponto 6 define que a intenção da conservação de edifícios históricos e monumentos é manter a sua autenticidade e integridade e que as obras em edifícios históricos devem prestar total atenção a todos os períodos históricos presentes. E o ponto 13 chama à atenção para a formação dos técnicos que intervêm no património.

Apesar de todos estes contributos teóricos, a prática da intervenção em alguns monumentos continua a passar longe desses princípios. Existe uma diferencia entre a teoria, ou os contributos teóricos, e a prática da reabilitação. Pensar a formação dos

técnicos poderá dar um contributo importante para essa questão e problemática de como passar da teoria à prática na intervenção nos monumentos.

Porque cada monumento é inseparável da história de que é testemunha, as intervenções devem respeitar o contributo de cada época na edificação do monumento. Os elementos artísticos de vários os períodos históricos presentes devem ser considerados para que se respeite a história do monumento e os elementos arquitectónicos e decorativos que a comprovam.

O conhecimento das transformações que um bem cultural sofre ao longo do tempo constitui elemento essencial para que se tenha acesso a todos os aspectos da sua autenticidade – o não respeitar a sua história provoca uma interferência na sua autenticidade.

A intervenção no forte de S. Bruno teve, entre outras consequências, o tornar inexplicável e obscura uma parte da história e evolução da fortaleza, contribuindo para a sua descaracterização e perda de autenticidade. Os visitantes não compreendem como o Forte serviu de refúgio campista ou como funcionou no local uma pousada da juventude; perguntam muitas vezes onde se dormia, pois o limitado espaço coberto/interior que existe não se coaduna com estas actividades.

É necessário uma nova consciência de responsabilidade das intervenções dos técnicos, que deve ter um valor educacional e pedagógico e ser exemplar para os visitantes.

Enaltecer uma intervenção sem ter em conta os seus critérios, valorizando-a porque pelo menos se evitou a ruína de um monumento, não é aceitável nos dias de hoje. Este tipo de questões não se pode colocar desta forma, pois os contributos teóricos e a experiência prática possibilitam uma outra abordagem.

Para tornar mais complexa a situação, o projecto da CMO incluía um plano de ocupação, manutenção e dinamização do Forte, plano de lenta implementação que previa a cedência do espaço a uma ONG – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. Entidade que se mostrou frágil ao nível dos recursos humanos e financeiros, e exitante ao nível do planeamento e concretização de actividades sistemáticas de dinamização do espaço.

Nos finais de 2002, os Amigos dos Castelos iniciam um programa estruturado de ocupação e dinamização do Forte de São Bruno. Esta programação sistemática teve início com a Exposição *Forte de São Bruno – Percorso de uma Fortificação*; exposição que abordava a história da fortaleza, patente de 1 de Fevereiro a 27 de Julho de 2003 e visitada por cerca de 3 mil pessoas.

Este evento inicia também um processo de colaboração com diferentes entidades, nomeadamente CMO, Arquivo de Fotografia de Lisboa, Biblioteca Nacional, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Arquivo Histórico Militar, Instituto Português de Museus, Museu Militar, Gabinete de Estudos Arqueológico e de Engenharia Militar, Fundação Casa de Bragança e o estabelecimento de uma imagem de marca do monumento, nomeadamente com a criação de um logótipo.

Outros eventos tiveram lugar durante 2003, destacando-se as exposições de artes plásticas. No entanto, é o Projecto Didáctico “O Mar leva e traz... Intercâmbio de produtos e culturas no espaço ultramarino no século XVI” que marca um novo rumo na programação sistemática de actividades. Projecto destinado a grupos escolares, aborda temas relacionados com os Descobrimentos e a Expansão portuguesa, recriando os ambientes, paisagens, povos, produtos e culturas que os portugueses encontraram a oriente e a ocidente.

No ano lectivo de 2003/2004 – o total de visitantes foram cerca de 2.600 e até Novembro de 2004 estavam marcados cerca de 2.300 visitantes.

Durante o ano de 2005 era intenção dos Amigos dos Castelos instalar no Forte de São Bruno um Centro de Interpretação da Barra do Tejo. Este projecto tem como principais objectivos:

1. *Valorizar e dinamizar de um modo mais permanente o espaço do Forte de São Bruno;*
2. *Intensificar o conhecimento e a relação da população local (público em geral e público escolar) com a zona e com monumento;*
3. *Incentivar o estudo e reflexão sobre temáticas ligadas à história do concelho e ao património histórico-cultural;*
4. *Estabelecer parcerias com outras entidades, instituições e técnicos especialistas;*

Os objectivos são consubstanciados em diferentes acções, das quais se destacam:

1. *Instalação de maquete da Barra do Tejo para compreensão física das várias realidades presentes (patrimonial, cultural, natural e militar);*
2. *Instalação de placas de identificação dos vários espaços do Forte com a descrição da sua funcionalidade;*
3. *Elaboração de um desdobrável contendo elementos para a história do Forte São Bruno e compreensão do meio envolvente;*
4. *Sugestão de conteúdos temáticos (ex. história militar, navegação, biologia marinha (peixes, algas, aves), marés, história do caminho de ferro) disponibilizando aos visitantes material áudio-visual ou multimédia;*
5. *Publicação de revista científica;*
6. *Concepção e produção e/ou promoção de eventos de natureza cultural e pedagógica;*
7. *Desenvolvimento de design de comunicação nomeadamente ao nível de sinalética de apoio e criação de produtos de divulgação do Forte de São Bruno: t-shirts, postais, canetas, lápis, pins, blocos de notas, bonés, outros;*

IV. As contradições

O património, como testemunho que manifesta valores culturais relevantes, assume-se como um elemento de identidade, de memória colectiva e tem um papel relevante no desenvolvimento da comunidade local onde se insere, pode ser um elo de fortalecimento da identidade dessa comunidade e um factor de desenvolvimento local, económico, social, turístico e cultural.

No entanto, nem a intervenção de reabilitação, nem a dinamização cultural estruturada resolveram as rotinas de abandono e vandalismos existentes no Forte de São Bruno desde o último quartel do século passado, levantando-se a questão dos públicos e a sua função perante o património.

Neste monumento, em concreto, coloca-se ao público, muito pouco fidelizado, vários dilemas: o deslumbramento da paisagem, outro tipo de ofertas turísticas existentes na proximidade, a possibilidade de alguma oferta cultural ou a memória do abandono e degradação, actualmente coadjuvada por alguns actos, mais ou menos sistemáticos, de vandalismo.

Perante tais dilemas, o público não conseguem cumprir, nem os seus direitos relativamente ao património – a fruição, nem os seus deveres – preservação, defesa, conservação e valorização¹⁶.

Perguntamos se será despropositado falar também de formação dos públicos e como será possível ajudá-los a abordar o património; e que estratégias utilizar, preferencialmente recorrendo a material interpretativo científico mas acessível, que contribua para uma aprendizagem e sensibilização para o valor do património cultural.

Devido ao impacto simbólico e emblemático do Forte de S. Bruno na envolvente, este espaço é muito requisitado para eventos, nomeadamente de cariz social.

As solicitações, a que se responde com grande prudência, para diferentes tipos de eventos são inúmeras. Sendo evidente a diferença de afluência de pessoas em dia de evento social e num dia normal. No espaço de um ano e meio realizaram-se duas festas, uma mega festa e um casamento.

O passar do tempo, que não foi muito, começa a deixar à vista algumas das opções tomadas na recuperação do Forte de São Bruno, assim como o estado físico actual, ou seja o desaparecimento do reboco e cal que cobrem as paredes deixa à vista a utilização do cimento, assim como um conjunto de patologias, nomeadamente fissuras, lascadas, aveolização e sais, que reforçam o já registado pelo estudo do LNEC realizado na década de 90 do século passado e demonstram a falta de acompanhamento após obra e a ausência de plano de manutenção e prevenção.

Como se pode concretizar a formação dos técnicos e mais abrangentemente como concretizar a formação dos públicos para uma urgente e actuante salvaguarda do património.

Retomando uma afirmação do ponto 10 da Carta de Atenas de 1931: a melhor garantia de conservação dos monumentos e das obras provem do afecto e do respeito do povo e deve haver um trabalho dos educadores com as crianças e jovens para que se abstenham de todos os actos que possam degradar os monumentos e os guiem para que entendam o seu significado e se interessem pela protecção dos testemunhos de toda a civilização.

Anexo I – Cronologia histórica¹⁷

1647 (30 / Agosto)	Data de início da construção de acordo com a lápide que se encontra sob a porta;
1735	Encontrava-se desactivado, necessitando de obras de beneficiação e remoção das areias que se acumulavam junto às obras exteriores;
1751	Apresentava-se recuperado e de novo operativo;
1762 – 1763	Por ocasião da Guerra com a Espanha; estava artilhado, terminado o conflito voltou a ser desguarnecido;
1777	Encontrava-se habitado por uma família de civis;
1815	As areias da praia cercavam de novo a fortificação cobrindo as suas obras exteriores. A cortina direita estava derrubada. O recinto principal estava preservado;

¹⁶ Cfr., Artigos 7º e 11º, Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

¹⁷ Cronologia histórica do Forte de S. Bruno elaborada no âmbito da exposição “Forte de São Bruno - Percurso de uma Fortificação” em colaboração com Isabel Barata.

1831 – 1832	D. Miguel praticava sessões de tiro a partir do forte colocando barcaças a meio do rio;
c. 1834	Foi desartilhado após o final da guerra civil;
1888	Esteve arrendado ao Bacharel João Cardoso Ferraz de Miranda e família;
1903 – 1946	Após obras de adaptação (construção de aquartelamento com projecto de 5 de Abril de 1903) foi cedido à Guarda-Fiscal;
1939	Foi entregue ao Ministério das Finanças;
1940	Ocupado temporariamente pela Junta Autónoma das Estradas, durante as obras de reconstrução da Avenida Marginal;
1941	A Mocidade Portuguesa teve autorização para instalar o seu centro de vela no local;
1946 - c. 1974	A Mocidade Portuguesa ocupa as instalações da bateria marítima após a extinção da Guarda-Fiscal; No entanto o guarda-fiscal Manuel Joaquim Júlio utiliza o piso inferior como habitação particular até ao seu falecimento;
1947	Utilizado temporariamente, pela Escola dos Marinheiros e Mecânicos da Marinha Mercante;
1948	Funcionou como refúgio campista da Mocidade Portuguesa;
1975 – 1976	Faleceu o último guarda-fiscal, Manuel Joaquim Júlio que vivia no Forte;
1976	Foi entregue ao Fundo de Apoio às Organizações Juvenis;
1977	Ocupado pela Associação Portuguesa de Pousadas da Juventude;
1978	Classificado como Imóvel de Interesse Público;
1984 – 1990	Foi cedido ao Corpo de Voluntários Salvadores Náuticos (SANAS)
1999	Regressou à posse do Ministério das Finanças e foi cedido à Câmara Municipal de Oeiras (CMO) por um prazo de vinte cinco anos;
2000	Iniciaram-se as obras de recuperação da responsabilidade da CMO;
2001 – 2004	Por protocolo com a CMO, foi instalada a Sede Honra da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e inicia-se a realização de actividades culturais;